



Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

O peso da desigualdade de gênero na trajetória educacional de mulheres: desafio e estratégias na EJA-EPT

Gender inequality in the educational trajectory of women: challenges and strategies in EJA-EPT

Recebido: 28/04/2025 | **Revisado:** 05/08/2025 | **Aceito:** 13/10/2025 | **Publicado:** 29/10/2025

Caroline Ceno Machado

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4166-9762>

Universidade Federal de Pelotas
Email: carolineceno30@gmail.com

Adriana Duarte Leon

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0791-7359>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Email: adrianaleon@ifsul.edu.br

Como citar: MACHADO, C. C.; LEON, A. D. O peso da desigualdade de gênero na trajetória educacional de mulheres: desafio e estratégias na EJA-EPT. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 25, p.1-17 e18546, out. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

As desigualdades de gênero impactam a educação e o trabalho, limitando a participação feminina em diversos espaços. Na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), essa exclusão se reflete na baixa presença de mulheres em cursos como o Técnico em Edificações. Este estudo, por meio de uma abordagem qualitativa, investiga os desafios enfrentados por alunas de um Instituto Federal no Sul do Brasil, analisando os fatores que levam à interrupção dos estudos e as estratégias adotadas para sua permanência. Os resultados evidenciam barreiras significativas, destacando a necessidade de políticas educacionais inclusivas, com foco na equidade de gênero na formação profissional.

Palavras-chave: Mulheres na EPT; Equidade de Gênero; Gênero e Educação; Desafios Educacionais; Evasão de Mulheres.

Abstract

Gender inequalities impact education and work, limiting female participation in various spaces. In Youth and Adult Education integrated with Vocational and Technological Education (EJA-EPT), this exclusion is reflected in the low presence of women in courses such as the Technical Program in Building Construction. This study, through a qualitative approach, investigates the challenges faced by female students at a Federal Institute in the South of Brazil, analyzing the factors that lead to the interruption of their studies and the strategies adopted for their retention. The results highlight significant barriers, emphasizing the need for inclusive educational policies focused on gender equity in professional training.

Keywords: Women in Vocational Education; Gender Equity; Gender and Education; Educational Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre gênero, educação e trabalho tem sido historicamente marcada por desigualdades que refletem estruturas sociais excludentes e patriarcais. Ao longo do tempo, as mulheres foram marginalizadas em diversos espaços, incluindo o educacional e o profissional, sendo muitas vezes direcionadas para funções e áreas de conhecimento consideradas "adequadas" ao estereótipo social estabelecido para o feminino. Na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), essa desigualdade se manifesta na baixa presença feminina em determinados cursos e na permanência dos desafios que dificultam a trajetória escolar das mulheres.

Este artigo tem como objetivo compreender como a identidade de gênero influencia as vivências e os percursos educacionais das mulheres matriculadas no curso Técnico em Edificações na modalidade EJA-EPT. A partir da análise das trajetórias dessas mulheres, buscamos identificar os fatores responsáveis pela interrupção dos estudos, os desafios enfrentados no retorno à escola e as estratégias adotadas para obter êxito nesse ambiente.

Se torna relevante o estudo por identificar algumas das barreiras que dificultam o acesso e a permanência das mulheres na educação profissional e tecnológica, por analisar esses obstáculos e por sugerir estratégias para a construção de um ambiente mais equitativo e inclusivo.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se da aplicação de questionários como mecanismo que materializa o julgamento das estudantes de um curso Técnico em Edificações na modalidade EJA-EPT, ofertado por um Instituto Federal no Sul do Brasil. A análise dos dados permitiu identificar alguns dos desafios enfrentados e algumas das estratégias estabelecidas pelas estudantes em prol da permanência no curso, trazendo à tona reflexões sobre o papel da educação na promoção da equidade de gênero. Assim, este trabalho visa contribuir para a discussão sobre a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e alinhadas com as demandas de mulheres que buscam qualificação e autonomia por meio da educação profissional.

2 EDUCAÇÃO E GÊNERO – DA ESFERA PRIVADA PARA PÚBLICA

Ao longo da história, os papéis atribuídos a homens e mulheres foram naturalizados, como se fossem algo inato e imutável. Utilizando-se de argumentos baseados nas diferenças biológicas entre o sexo masculino e feminino, o patriarcado consolida um espaço de subordinação para a mulher; em contextos sociais burgueses, caracterizados pela predominância da lógica da propriedade privada, a mulher se torna mais um bem adquirido pelo homem e submissa ao mesmo.

O patriarcado constitui um dos pilares fundamentais de uma sociedade baseada na desigualdade, explorando, oprimindo e segregando aqueles que não se alinham às normas estabelecidas. Trata-se de um sistema sociopolítico e ideológico

que assegura a superioridade e a soberania masculina, atribuindo ao homem o papel central nas relações sociais e o controle sobre a estrutura da sociedade. Em contrapartida, a mulher, segundo a lógica patriarcal, é relegada a um papel de submissão, obediência e dedicação ao âmbito privado, se limitando às relações familiares e domésticas. Nesse contexto, o conceito de patriarcado, discutido por diversas autoras, emerge como uma chave analítica para entender a manutenção dessas relações desiguais. Saffioti (2015) aprofunda essa análise ao destacar o patriarcado como um sistema de dominação que perpassa as sociedades, reforçando a subordinação de um gênero sobre o outro. Para a autora, o patriarcado é uma estrutura social que perpetua a opressão e a exploração das mulheres, sendo fundamental para compreender as dinâmicas de poder entre os gêneros.

A divisão sexual do trabalho estrutura-se com base no pressuposto de que homens e mulheres possuem funções distintas e "naturais". Nessa perspectiva, os homens são comumente responsabilizados pelas atividades externas ao âmbito doméstico (esfera pública), enquanto às mulheres são atribuídas as tarefas relacionadas ao espaço privado (esfera doméstica). Essa dicotomia reforça desigualdades históricas e perpetua a hierarquização de gênero nas relações sociais.

Essa percepção, no entanto, mascara a realidade de que tais construções são frutos da cultura, dos padrões sociais, da história e das formas de representação que se desenvolveram ao longo dos anos. Para compreender as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade, é crucial desconstruir a ideia de que elas derivam de diferenças biológicas. Como argumenta a socióloga Louro (1997), o campo social é o terreno onde se "constrói e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos" (p. 22).

Historicamente essas relações são forjadas e moldadas por diversos fatores que se entrelaçam em um complexo panorama social, para que possam ser compreendidas é fundamental situá-las no tempo e no espaço em que se manifestam, o que se considera "masculino" ou "feminino" pode variar de acordo com a cultura, a época ou a classe social.

Segundo Scott (1990), o gênero é "um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (p. 14). Palomino (2004) amplia essa perspectiva ao destacar que o que define ser homem ou mulher não se restringe ao corpo ou à capacidade reprodutiva, mas sim à interpretação que uma cultura atribui às diferenças entre os sexos. Dessa forma, essas categorias não podem ser compreendidas de maneira isolada ou independente, pois estão intrinsecamente ligadas a contextos culturais e históricos específicos.

No Brasil, ao longo de séculos, as mulheres estiveram submetidas à estrutura patriarcal, sendo confinadas ao espaço doméstico. As mulheres da elite eram educadas para administrar as tarefas do lar e desempenhar o papel de mães, recebendo instruções voltadas exclusivamente para a vida familiar tradicional burguesa. O acesso à educação formal era restrito, mesmo para as mulheres das classes mais abastadas. De acordo com Reis (2013), no século XVIII, as mulheres das famílias mais ricas começaram a receber aulas particulares em suas residências. No entanto, esses ensinamentos limitavam-se a noções básicas de literatura, cálculo, etiqueta e boas maneiras, com ênfase predominante em

habilidades domésticas. Em alguns casos, aprendiam um segundo idioma, geralmente o francês, que era visto como um símbolo de prestígio na época. Ainda assim, mesmo entre os grupos economicamente privilegiados, as jovens tinham acesso limitado a conhecimentos mais amplos, como história, geografia ou matemática. O principal objetivo da educação oferecida era prepará-las para o casamento, valorizando-se as habilidades domésticas e os "bons costumes" como elementos fundamentais desse processo.

Corroborando Fonseca (2000), acrescenta-se:

A norma oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecidos (Fonseca, 2000, p. 517).

Almeida (1998) explica que o pensamento burguês disseminava a preocupação de que uma mulher educada abandonaria a "sagrada missão" de ser mãe e esposa. Além disso, se acreditava que o excesso de instrução poderia prejudicar sua constituição física e mental. Na visão predominante na sociedade brasileira do século XIX, a mulher não era considerada naturalmente adequada para esse tipo de atividade, e o receio era de que a educação interferisse negativamente em sua saúde e capacidade reprodutiva.

No caso das mulheres negras e pobres, o contexto era ainda pior, pois não recebiam educação formal e frequentemente eram forçadas a trabalhar tanto dentro, quanto fora de casa, já que a renda do homem (quando existia) raramente era suficiente para suprir as necessidades da família. Assim, essas mulheres precisavam contribuir para o sustento da casa, somado à realização das atividades domésticas e cuidados com os filhos, enfrentando uma exploração intensa resultado da intersecção racismo, capitalismo e patriarcado (Ribeiro, 2003).

Nas últimas décadas do século XIX essa dinâmica começou a ser desafiada, nesse período, duas opções de formação profissional surgiram para as mulheres: (a) a enfermagem e (b) o magistério primário. A enfermagem emergiu como resposta às políticas higienistas da época, que visavam combater doenças e promover a ordem e a limpeza nas instituições de saúde. Como o trabalho de enfermagem estava associado ao "cuidado", as mulheres foram direcionadas a essa área, uma vez que, de acordo com a ideologia naturalista vigente, cuidar dos outros era considerado uma característica inerente ao feminino.

Por outro lado, o magistério primário ganhou espaço devido ao processo de urbanização e industrialização do Brasil, que aumentou a demanda por mão de obra masculina nas indústrias. Esse fenômeno liberou vagas nas escolas normais, até então majoritariamente ocupadas por homens, para a formação de professores primários. As mulheres foram incentivadas a preencher essas vagas, pois habilidades consideradas "naturais" ao gênero feminino, como esmero, paciência, abnegação, cautela e docilidade, eram vistas como essenciais para a prática docente (Louro, 2012).

A educação feminina, consolidada em um ambiente patriarcal, buscava preparar as mulheres para exercer os "papeis tradicionais", o acesso e a progressão das mulheres na educação formal estavam frequentemente atrelados a função doméstico-materna, considerada na sociedade da época, função primária da mulher.

Fonseca (2000) também acrescenta a discussão:

Esse papel exercido de mulher/mãe/esposa, foi construído por várias gerações, numa ordem patriarcal predominante e que prevalece até hoje. A preocupação com a família e com os afazeres da casa retratam a permanência, na cultura popular, de resquícios de subalternidade que a mulher sofreu (e sofre) na sociedade brasileira por ter sido imposta a ela a esfera doméstica com todas as atribuições inerentes aos cuidados para a sobrevivência dos entes familiares (s/p)

Independentemente do período histórico e das aspirações profissionais das mulheres, a simbiose entre capitalismo e patriarcado produz a naturalização de estereótipos que colocam a mulher em uma condição de submissão e inferioridade.

Na Educação Profissional e Tecnológica as informações a respeito da participação feminina nas primeiras décadas do século XX são escassas, Bonfim (2009) cita um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho em 1976, no qual consta a informação de que as mulheres na educação profissional se concentravam em certos ramos do ensino menos valorizados socialmente. Havia uma grande concentração feminina no ensino comercial e nas Escolas Normais que preparavam para o magistério. No entanto, a maioria dos dados sobre a educação brasileira do início do século XX não levava em conta a variável gênero (Bonfim, 2009).

A autora ainda informa que no ano de 1999 no primeiro Censo da Educação Profissional, com 3.948 instituições que ofereciam cursos nesse domínio, as mulheres predominavam nos cursos voltados para áreas como saúde, turismo, hospitalidade e imagem pessoal, enquanto sua representação se situava abaixo de 20% nos cursos relacionados à indústria da transformação, agropecuária e pesca. Corroborando com tal perspectiva, Santos (2013) informa que analisando os dados do INEP no ano de 2005, embora haja um número crescente de mulheres em cursos profissionalizantes, a área cujo índice de matrícula possuía mais alto percentual de mulheres era a saúde, enquanto o segmento da indústria possuía o menor percentual, fato observado em todas as regiões. Nesse tocante, às pesquisas recentes do CENSO 2020 da Educação Superior também apontam que as mulheres ainda possuem baixa

presença nas áreas de Engenharias, Computação e TIC's.

No contexto específico do curso Técnico em Edificações na modalidade EJA-EPT, a presença de mulheres tem sido notavelmente baixa. Segundo dados da plataforma Nilo Peçanha, nos últimos seis anos, a matrícula de mulheres nesse curso nunca superou 13% do total de matriculados, considerando o ingresso anual de 30 matriculados. Esse dado é um indicativo claro da persistência de desigualdades de gênero no acesso e na permanência em cursos técnicos, especialmente naqueles relacionados às áreas de construção civil. A naturalização de estereótipos de gênero que associam as mulheres à esfera doméstica e os homens ao trabalho manual, a falta de incentivo e apoio às mulheres que desejam ingressar na área da construção civil, e as dificuldades de conciliar as atividades profissionais com as responsabilidades domésticas são alguns dos principais desafios que precisam ser superados.

3 COMPREENDENDO AS INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA EJA-EPT

Para a condução deste estudo, optou-se pela utilização de questionários como instrumento de coleta de dados, elaborados por meio da plataforma Google Forms, ao clicar no link disponibilizado, as participantes eram direcionadas a primeira página do questionário onde constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um documento que aponta a condução ética da pesquisa, representando o compromisso com a proteção dos direitos e autonomia das participantes, além de informar sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, permitindo que tomem uma decisão informada e voluntária sobre sua participação, após aceitar os termos a participante era encaminhada ao início do questionário, organizados em três seções distintas.

O questionário foi disponibilizado às alunas do curso Técnico em Edificações, na modalidade EJA-EPT, entre os dias 26 de abril e 5 de junho de 2024. No contexto específico desse curso, observa-se uma presença significativamente reduzida de mulheres. De acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha, no ano da pesquisa (2024), o curso contava com 73 estudantes matriculados, dos quais apenas 10 eram mulheres e 63 eram homens. Assim, as seis respostas obtidas por meio do questionário refletem a proporção de alunas no curso, evidenciando a baixa representatividade feminina nessa área de formação.

A primeira seção do questionário, que aborda o perfil socioeconômico das participantes, foi estruturada com respostas de múltipla escolha.

Em relação à faixa etária, os resultados revelaram uma diversidade de idades entre as participantes: 35, 42, 47, duas com 50 anos e uma com 62 anos. No que diz respeito ao estado civil, observou-se uma distribuição variada: 33,3% das participantes se declararam solteiras, representando o maior grupo. Os demais estados civis — casada, divorciada, viúva, união estável — foram igualmente representados. Quanto à renda mensal, metade das participantes optou por não responder. Dentre as que forneceram essa informação, duas declararam uma renda

entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000, enquanto uma afirmou possuir renda inferior a R\$ 1.000.

A situação empregatícia das participantes revelou que a maioria é autônoma ao comparar as respostas desta questão com as da anterior, podemos supor que, a renda familiar das participantes pode estar relacionada às situações trabalhistas em que as participantes se encontram. As mulheres, segundo Saffioti (2013), estão sujeitas a empregos mais precários, encontram-se em segmentos autônomos ou informais, ocupam postos de trabalho parciais e temporários e sofrem mais fortemente os impactos do desemprego, sendo as primeiras a serem dispensadas em momentos de crise.

Ainda no entendimento da autora, a classe patronal se beneficia da criação e manutenção de categorias sociais discriminadas. Ao marginalizar grupos específicos, o capital encontra uma mão de obra facilitada que aceita condições precárias e os baixos salários. Essa opressão, por sua vez, gera maior lucro para as empresas, que exploram a vulnerabilidade desses grupos.

Falquet (2008) corrobora com essa visão, destacando o papel das mulheres como "margem de manobra" do sistema capitalista. Segundo a autora, o trabalho feminino, muitas vezes mal remunerado e precário, serve como amortecedor das crises, permitindo que o capital mantenha seus lucros mesmo em momentos de instabilidade econômica.

Uma das perguntas do questionário, com o objetivo de compreender a maternidade como um componente da vida das participantes, revelou que quatro das seis entrevistadas têm filhos. Desse grupo, duas possuem dois filhos, uma tem um filho e outra possui três ou mais filhos.

Corroborando com os dados do Censo Escolar de 2023, que apontam o Ensino Médio como a etapa com o maior índice de evasão escolar, a pesquisa revelou que cinco das participantes interromperam os estudos nessa fase, enquanto uma abandonou a escola ainda no Ensino Fundamental.

Os dados coletados indicam que a interrupção dos estudos está associada, principalmente, ao trabalho, à gravidez e ao casamento. Esses achados corroboram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023), a qual aponta que, entre as mulheres, os principais fatores de evasão escolar são: a necessidade de trabalhar (25,5%), a gravidez (23,1%) e a falta de interesse em continuar os estudos (20,7%).

A evasão escolar está diretamente relacionada à desigualdade socioeconômica, sendo um dos principais fatores que afetam a permanência e a regularidade dos estudantes no ambiente escolar. Jovens provenientes de famílias de baixa renda enfrentam múltiplos desafios que dificultam sua trajetória educacional, dentre os quais se destaca a necessidade de contribuir para o sustento familiar. Esse contexto muitas vezes os leva a priorizar a entrada precoce no mercado de trabalho, em detrimento da continuidade da formação acadêmica, resultando na interrupção do percurso escolar.

Neste estudo, duas participantes apontaram a gravidez como a principal razão para a evasão escolar. Ao se tornarem mães, elas se viram obrigadas a abandonar suas identidades como estudantes para dedicar-se integralmente ao

cuidado dos filhos. Uma das participantes justificou a interrupção dos estudos afirmando: “... o que influenciou foi eu ter engravidado e, depois, não ter quem cuidasse do meu bebê”. Embora uma terceira participante tenha citado o trabalho como principal motivo da evasão ela complementa “Fui mãe solo então tive que trabalhar e cuidar de meus filhos até eles poderem ser independentes para eu poder estar voltando a estudar”, podemos ver neste exemplo a concomitância dos dois maiores motivos que afastam mulheres das salas de aula. A gravidez e a necessidade de cuidar dos filhos a obrigaram a ingressar no mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade financeira da família, o que limitou seu tempo e recursos para se dedicar aos estudos.

Essa realidade é compartilhada por diversas mulheres brasileiras, conforme aponta a pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que indica que 15% dos lares brasileiros são chefiados por mães solo, o que representa aproximadamente 11 milhões de mulheres que criam seus filhos sozinhas. Essa estatística evidencia a prevalência da monoparentalidade feminina no país e os desafios que essas mulheres enfrentam para conciliar trabalho, maternidade e estudos.

Menezes (2020), corroborando nessa perspectiva:

[...] apesar das mulheres, ao longo dos anos, terem se tornado chefes de famílias, representando, por vezes única fonte de renda familiar, continuam abrindo mão do seu desenvolvimento educacional, e por consequência profissional, em virtude de uma sobrecarga nos afazeres domésticos e cuidados familiares. É nesse sentido que se reconhece a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres na intenção de favorecer o seu empoderamento (p. 13).

Outra participante relatou destacou o casamento como motivo de sua evasão, relatando que o marido a proibiu de continuar estudando após o matrimônio, alegando que “mulher dele não iria nem precisava estudar”.

Segundo uma das participantes, sua mãe também desestimulou continuar os estudos afirmando “... fui criada com a minha mãe dizendo: não adianta estudar. Para que se depois vai casar é ficar na beira do fogão.” Esses relatos evidenciam como questões de gênero e responsabilidades familiares impactaram diretamente a trajetória educacional dessas mulheres.

Através das respostas das participantes, podemos aferir que apesar de o cuidado ser fundamental para a vida humana, no Brasil, essa responsabilidade recai predominantemente sobre as mulheres (78,0%), sendo que 55% delas são negras, conforme dados da pesquisa nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados, divulgada pelo governo brasileiro (Brasil, 2023). Para além, PNAD (2016) aponta:

[...] uma em cada quatro mulheres jovens de 14 a 29 que não estudavam, em 2016, alegaram [sic] como motivo a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidar de crianças ou idosos. O

percentual de mulheres nessa faixa que mencionaram essa razão (26,1%) era 30 vezes superior ao dos homens (0,8%) (s.p.).

O cuidado com a família e os afazeres domésticos representam o segundo fator que mais contribui para a evasão escolar no Brasil, ficando atrás apenas da necessidade de trabalho remunerado. Essa realidade coloca as mulheres em uma situação de dependência, seja em relação ao companheiro, seja em relação ao Estado, segundo a autora. Em ambos os casos, espera-se que as mulheres priorizem o cuidado com a família, reforçando uma dinâmica que limita suas oportunidades de autonomia e desenvolvimento pessoal. Essa expectativa social perpetua a desigualdade de gênero, ao naturalizar o papel da mulher como cuidadora e relegar sua educação e inserção no mercado de trabalho a um plano secundário.

A divisão sexual do trabalho estrutura-se com base no pressuposto de que homens e mulheres possuem papéis distintos e “naturais”, o que perpetua a desigualdade de gênero. Como aponta Núñez (2023), “ainda se espera que uma mulher limpe a casa, cozinhe e cuide do marido, companheiro, pai [...]”.

Baxter (2005) destaca dois modelos principais para explicar a divisão do trabalho doméstico. O primeiro, denominado modelo de troca econômica, argumenta que as mulheres realizam o trabalho doméstico em troca de apoio financeiro. Nessa perspectiva, a alocação do trabalho doméstico é vista como uma decisão essencialmente econômica e racional: os homens fornecem a renda familiar, enquanto as mulheres assumem o trabalho doméstico não remunerado como contrapartida. Esse modelo reforça a ideia de uma divisão funcional baseada em trocas materiais dentro da estrutura familiar. Por outro lado, o modelo de exibição de gênero aborda o trabalho doméstico como uma construção simbólica, associando-o ao papel das mulheres e à demonstração de amor e subordinação ao marido e à família.

Berk (1985) argumenta que os arranjos atuais para a organização do trabalho doméstico sustentam dois processos produtivos: a produção de bens e serviços domésticos e, simultaneamente, a desigualdade de gênero. Ela observa que os arranjos familiares ao não problematizarem e ressignificarem as práticas domésticas, podem funcionar como uma “fábrica de gênero”, onde, além da execução de tarefas, o trabalho doméstico produz gênero por meio da reprodução cotidiana de dinâmicas de dominância, submissão e outros comportamentos simbolicamente ligados ao gênero, que naturalizam os estereótipos presentes na sociedade e responsabilizam, de forma geral, as mulheres pelo espaço doméstico. Dessa forma, realizar o trabalho doméstico torna-se um componente fundamental da construção do gênero, o que ajuda a explicar por que o gênero supera outros fatores na determinação de quem assume essas tarefas. Além disso, esse modelo esclarece por que o trabalho doméstico não é alocado de forma eficiente ou racional, mesmo quando um dos parceiros tem mais tempo disponível, e por que homens e mulheres tendem a perceber a divisão do trabalho como justa, mesmo quando ela é objetivamente desigual.

Kipnis (2003), por sua vez, utiliza a ética protestante de Weber e o conceito de alienação do trabalho de Marx para argumentar que os relacionamentos

românticos podem ser transformados em mais uma forma de trabalho, reforçando a sobrecarga das mulheres no âmbito doméstico e afetivo:

When monogamy becomes labor, when desire is organized contractually, with accounts kept and fidelity extracted like labor from employees, with marriage as a domestic factory policed by means of rigid shop-floor discipline designed to keep the wives and husbands and domestic partners of the world choke-chained to the status quo machinery—is this really what we mean by a “good relationship”? (p.19)¹

Na sociedade contemporânea, ainda persiste a crença de que o casamento deve ser o objetivo final da vida das mulheres. Essa visão, enraizada em séculos de patriarcado, coloca a instituição matrimonial em um pedestal, relegando os sonhos, projetos pessoais e profissionais das mulheres a um segundo plano. As meninas são incentivadas, desde a infância, a idealizar o casamento como a realização suprema da feminilidade, essa idealização, conforme aponta Louro (1997) gera diversas consequências danosas. A autora destaca a "incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina (p.453) " como uma das mais persistentes construções sociais. Ao serem pressionadas a priorizar o relacionamento conjugal em detrimento de suas aspirações individuais, as mulheres se veem diante de dilemas que limitam seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Para além, de acordo com Hoga et al. (2010), as mulheres geralmente são responsabilizadas de forma única pela ocorrência de uma gestação, “pagando o preço de suas escolhas” (p152), escolha no caso, em ser a cuidadora principal e que o filho e a família devem sempre ser prioridades nos planos e obrigações das mulheres e, conseqüentemente, em segundo plano sua dedicação ao estudo e ao trabalho. Essas expectativas sociais funcionam como um "manual sagrado da maternidade", que define o que uma mulher deve fazer e como deve agir, reprimindo sentimentos e afetos considerados "negativos" que possam surgir dessas experiências. Isso evidencia como os ideais de maternidade e feminilidade foram internalizados culturalmente. Sendo difícil, separar efetivamente a maternidade da feminilidade, tendo em vista que, culturalmente, há a concepção de que “ser mãe” é uma “parte essencial” do que é “ser mulher”, sendo um elemento estruturante do que é socialmente compreendido como feminilidade (Badinter, 2011).

Ao analisar as relações de gênero sob uma perspectiva essencialmente biológica, frequentemente se assume que as mulheres, ao contrário dos homens, possuem um suposto “instinto materno”, o que as caracteriza como “mães natas”. Essa concepção não apenas reforça um ideal normativo sobre o comportamento materno, mas também naturaliza a mulher como principal responsável pelo cuidado, ao atribuir-lhe características como afeto, zelo, atenção e paciência, compreendidas como inerentemente femininas. Nesse contexto, a descoberta da gravidez ou o nascimento de um filho configuram eventos de profundo impacto na vida das mulheres, transformando suas experiências em múltiplas esferas. Essa mudança não

¹ Quando a monogamia se torna trabalho, quando o desejo é organizado por contrato, com controle rigoroso e a fidelidade extraída como se fosse o trabalho de um funcionário; quando o casamento funciona como uma fábrica doméstica, vigiada por uma rígida disciplina de chão de fábrica, projetada para manter esposas, maridos e parceiros(as) acorrentados à maquinaria do status quo — é isso mesmo que chamamos de 'bom relacionamento'? (Kipnis, 2003, p. 19, tradução nossa).

se restringe à maneira como elas se percebem, mas também à forma como são vistas por diferentes atores sociais — incluindo instituições, família e redes de apoio — que passam a impor novas expectativas, deveres e responsabilidades associadas à maternidade e à construção de uma nova identidade social.

Dessa forma, entendemos que além do trabalho, a conjugalidade e a maternidade, na configuração de nossa sociedade, têm funcionado como um interdito para o desenvolvimento de identidades relacionadas à vida e às atividades da vida pública.

4 OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MULHERES ADULTAS NA TRAJETÓRIA DE RETORNO À ESCOLA

As participantes deste estudo, ao serem questionadas sobre as principais dificuldades que enfrentam como mulheres para retomar seus estudos, revelaram um panorama complexo e de desafios que permeiam suas trajetórias. Entre os obstáculos mais recorrentes, figuram as responsabilidades com filhos e/ou dependentes, as demandas do casamento e as exigências do trabalho, ou seja, os mesmos motivos que a levaram a interromper a trajetória permanecem como desafio para sua retomada.

Uma das participantes aponta *"só pude voltar porquê meus filhos não dependem mais de mim"*, enquanto outra categoriza *"filhos e emprego"*, uma Terceira afirma que o cuidado com a mãe idosa é seu principal desafio no retorno a trajetória escolar.

Como já discutido ao decorrer do artigo, e se utilizando das reflexões de George e Santos (2014), a "disposição de cuidar" tem sido um papel socialmente construído e atribuído às mulheres, acoplado argumentativamente à função reprodutiva.

A atribuição de características intrínsecas às mulheres, como docilidade, abnegação e cuidado, frequentemente enraizada na crença de que tais aspectos são naturais e biológicos, ignora um ponto crucial da formação humana: a socialização. Essa perspectiva desconsidera o desenvolvimento social, bem como o estímulo que as mulheres recebem ao longo da vida, moldando-as para desempenhar papéis específicos na sociedade. Nas palavras de Saffioti (2015):

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz (p. 9).

Essa visão tradicional coloca em xeque a questão de quem, na família contemporânea, assumirá a responsabilidade pelo cuidado de crianças, enfermos e

idosos, além das tarefas domésticas e da gestão do lar. De acordo com a análise de Abramo e Valenzuela (2016), as famílias que podem arcar com o custo de contratar serviços privados de cuidado têm mais chances de uma inserção plena no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de obter maiores rendimentos. Em contrapartida, as famílias de menor renda, que não podem contratar esses serviços, geralmente desenvolvem estratégias que envolvem a não inserção ou a inserção precária das mulheres no mercado de trabalho, diminuindo assim as chances de aumento de renda e melhoria da situação socioeconômica da família.

Ao serem questionadas sobre as estratégias utilizadas para conciliar estudos e outras atividades, as participantes apontam *"...simplesmente fechar meus olhos e ir para a aula"*, *"uma estratégia que uso muito é não deixar nada para depois"*, *"dividir o horário para cada tarefa"*. Já a participante, que é a principal responsável pelos cuidados da mãe idosa, indica a importância da ajuda dos familiares para seguir sua jornada escolar, citando irmãs e sobrinhas, o que também pode nos levar a refletir: a rede de apoio às mulheres, geralmente, são outras mulheres.

Essas estratégias refletem as diversas maneiras pelas quais as mulheres tentam equilibrar os estudos com suas responsabilidades familiares e de trabalho e apontam a necessidade de políticas públicas que apoiem essa retomada.

Quando perguntadas se ideias preconcebidas sobre o que homens e mulheres devem fazer influenciam o fato da baixa quantidade de mulheres fazendo o curso, duas respostas merecem ser destacadas. Enquanto uma participante responde *"Acho, porque ainda acreditam que construção civil não é ambiente de mulher"*, já outra afirma que não acredita que ideias preconcebidas afetem no quantitativo de mulheres no curso e justifica a ausência devido a *"...a falta de interesse"* das próprias mulheres.

As "escolhas" profissionais, muitas vezes tidas como livres e autônomas, são, na verdade, profundamente influenciadas pelas construções sociais de gênero. As profissões ligadas às áreas de cuidados e serviços, como enfermagem, serviço social e pedagogia, são frequentemente buscadas por mulheres que se sentem "vocacionadas" para tais áreas. No entanto, essa "vocaçãõ", muitas vezes é resultado da socialização de gênero, que desde a infância direciona as meninas para o desenvolvimento de habilidades consideradas "femininas", como compaixão, empatia e cuidado com o outro. Tal naturalização ocorre de forma tão contundente que se torna difícil enxergá-las. É crucial reconhecer que as "escolhas" profissionais não são neutras, mas sim moldadas por um sistema patriarcal que impõe às mulheres papéis e expectativas predefinidas.

Reproduzir o discurso de que as mulheres são naturalmente predispostas para o cuidado, enquanto os homens são mais aptos para áreas de destaque social que exigem atributos atribuídos ao masculino, como racionalidade, competitividade e liderança, é um desserviço à equidade de gênero, e mantém nas profissões um recorte de gênero que as classifica como "masculinas" ou "femininas". Assim, para Lima (2014, p. 142):

O que se observa é que há um comportamento que se espera das Mulheres e outro que se espera dos Homens. São consideradas profissões femininas aquelas que congregam em si as características que se esperam adequadas às Mulheres e,

são consideradas profissões masculinas aquelas que apresentam características que se esperam dos Homens.

Tal discussão também vai de encontro as respostas estabelecidas, quando perguntadas de alguma solução específica para aumentar a presença de mulheres no curso, uma das participantes acredita que *“Mulheres não se igualam na mão de obra em força, mas na capacidade intelectual somos tão inteligentes como homens, pois usamos muito mais nossa capacidade de percepção de cuidar ajudar e entender a dificuldade das coisas ou pessoas”*. Embora ela reconheça a competência intelectual das mulheres para atuar na área, sua fala reforça a associação entre habilidades ligadas ao cuidado e à inteligência emocional como características intrinsecamente femininas. Essa visão, tradicionalmente considerada um atributo das mulheres, contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero que podem limitar suas oportunidades. Corroborando com esta perspectiva, Gomes (2023, p. 101) destaca:

Esta imagem construída socialmente de que determinadas habilidades são naturalmente “masculinas” e que os homens teriam mais facilidade para área de cálculos e para a tecnologia limita a inserção e atuação do público feminino nesses espaços. Tal contexto contribui para que a formação técnica das mulheres seja deficitária e perpetua a concepção de que os homens são mais competentes em áreas que envolvam habilidades tecnológicas.

Ao considerar habilidades como cuidado, ajuda e percepção emocional exclusivamente femininas, a sociedade reforça um sistema patriarcal que desvaloriza a capacidade intelectual das mulheres e limita o seu espaço de atuação. A desnaturalização desses atributos é fundamental para promover uma verdadeira equidade de gênero. Somente através dessa desconstrução de estereótipos e da promoção de um ambiente inclusivo e igualitário, será possível alcançar uma sociedade mais justa, onde as mulheres possam exercer plenamente suas potencialidades.

Diante disso, é possível observar, considerando o depoimento das participantes desta investigação, como o gênero atravessa a trajetória escolar das mulheres, embora nem sempre esse atravessamento seja claramente identificado por elas. Muitas vezes, as mulheres não percebem que suas escolhas estão diretamente relacionadas às construções de gênero. Nesse sentido, torna-se fundamental que haja uma tomada de consciência sobre o impacto do gênero e do patriarcado em suas vidas. Frisando, que o patriarcado, enquanto estrutura de dominação, subordina as mulheres e naturaliza desigualdades, afetando inclusive suas oportunidades educacionais. Dessa forma, a escola também assume um papel crucial não apenas como espaço de formação acadêmica, mas também como ambiente de reflexão e debate sobre equidade de gênero, promovendo a conscientização e a desconstrução dessas opressões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as trajetórias escolares de mulheres matriculadas no curso Técnico em Edificações, ofertado na modalidade

EJA, com ênfase nas influências da identidade de gênero, nos obstáculos enfrentados e nas estratégias mobilizadas para garantir a permanência e o êxito acadêmico.

As desigualdades de gênero observadas na EJA-EPT refletem estruturas sociais historicamente construídas, que restringem a participação feminina em determinados campos do conhecimento e no mundo do trabalho.

Os relatos das participantes destacam que, embora tenham ocorrido avanços no âmbito da inclusão educacional, a divisão sexual do trabalho e os estereótipos de gênero ainda exercem influência significativa sobre as escolhas profissionais e educacionais das mulheres. A sobrecarga de trabalho doméstico, somada à ausência de apoio familiar e institucional, dificulta a conciliação entre os estudos, o trabalho remunerado e as demandas da vida pessoal, perpetuando ciclos de desigualdade e exclusão.

Por fim, este estudo contribui para a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelas mulheres na EJA-EPT, reforçando a urgência de políticas públicas e institucionais que promovam a equidade de gênero na educação profissional. Tais políticas devem considerar as especificidades das trajetórias femininas, visando à criação de condições mais justas e inclusivas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos técnicos por parte das mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: **Boitempo**, 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998. **Caderno Espaço Feminino**, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 539–542, 2021. DOI: 10.14393/CEF-v34n1-2021-27. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/62705>. Acesso em: 9 abr. 2024

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: **Record**, 2011.

BAXTER, Janeen. To Marry or Not to Marry: Marital Status and the Household Division of Labor. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 300-321, 2005.

BONFIM, Carla. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio: uma análise dos dados do censo escolar 2001 a 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84KSUH>> Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Nota Informativa nº 2**. Brasília, DF: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n-2-publicada.pdf>. Acesso em: 15 de mar. De 2025.

FLAQUER, Rosana. 50 ANOS DE A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES: o pioneirismo de Heleieth Saffioti e suas contribuições teóricas para os estudos feministas e de gênero. **Caderno CRH**, v. 33, n. 0, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/85LK9BqgsHdTgdH7YzYtw3G/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p. 510-553.

GEORGE, Maria Lúcia; SANTOS, Fernanda Soares. Gênero e trabalho: desafios da contemporaneidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2014.

GOMES, Livia. Desigualdade de gênero e o lugar da mulher na educação profissional e tecnológica [livro eletrônico]. **Editora IFRN**– Natal: IFRN, 2023. Disponível em: < <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2510>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

HOGA, Luiza Akiko Komura. Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 151-157, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Jovens fora da escola: 26% alegam cuidar da casa, de crianças ou idosos. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://nada.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18993-da-s-jovens-fora-da-escola-26-alegam-cuidar-da-casa-de-criancas-ou-idosos?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 15 mar. 2025.

KIPNIS, Laura. *Against Love: A Polemic*. 1. ed. New York: Pantheon Books, 2003.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 84-100, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkNjYMjNTsc/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: COSTA, Jurandir Freire (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: **Contexto**, 1997. p. 441-460.

MENEZES, Fernanda Maria Lira de. **PROEJA MULHERES: um olhar atento às questões do empoderamento feminino**. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em [Programa de Pós-Graduação]) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39282/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Fernanda%20Maria%20Lira%20de%20Menezes.pdf>. Acesso em: 19 abr. de 2024.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. 1. ed. São Paulo: **Paidós**, 2023

PALOMINO, Tatiane J. **Meninos e meninas em escola de periferia urbana: a relação entre fracasso escolar e sexo, cor e organização familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

REIS, Fabiana de Arruda Resende. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *Mulheres educadas na Colônia*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **Trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira. **Gênero, Educação Profissional e Subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão/SE, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4875/1/ELZA_FERREIRA_SANTOS.PDF. Acesso em: 22 abr. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.